

# SUMÁRIO

*Prefácio*, xvii

*Apresentação*, xix

*Agradecimentos*, xxi

## **PARTE I – ESTRUTURA BÁSICA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, 1**

### **1 A evolução do sistema tributário nacional, 3**

- 1.1 O estado e o sistema tributário, 4
- 1.2 Os tributos no Brasil antes da reforma dos anos 1960, 5
- 1.3 A reforma tributária dos anos 1960, 5
- 1.4 A Constituição de 1988, 6
- 1.5 Reforma tributária: a oficial e a ideal, 8
  - 1.5.1 Entendendo os problemas nacionais no campo tributário e as dificuldades para resolvê-los, 8
  - 1.5.2 A reforma oficial, 11
  - 1.5.3 A reforma que precisamos: uma proposta ousada, 12
- 1.6 Demais vinculações federais, 15
- 1.7 O estudo dos tributos pela ciência contábil, 16
  - 1.7.1 O governo e a contabilidade, 16
- 1.8 Carga tributária e o PIB, 17
- 1.9 A disciplina Contabilidade Tributária e sua integração no curso de Ciências Contábeis, 17
- 1.10 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 18

### **2 Princípios constitucionais tributários e hierarquia do sistema tributário nacional, 21**

- 2.1 Os princípios como base para as demais normas jurídicas, 22
  - 2.1.1 Princípio da legalidade, 22
  - 2.1.2 Princípio da irretroatividade tributária, 22
  - 2.1.3 Princípio da anterioridade, 22
  - 2.1.4 Princípio da isonomia tributária, 23
  - 2.1.5 Princípio da competência tributária, 23
  - 2.1.6 Princípio da capacidade contributiva, 24

2.1.7 Reserva de lei complementar, 24

2.1.8 Reserva de lei para anistia, 24

### **2.2 Hierarquia do sistema tributário nacional, 24**

2.2.1 Constituição Federal, 24

2.2.2 Emenda constitucional, 24

2.2.3 Lei complementar, 25

2.2.4 Leis ordinárias, 25

2.2.5 Medidas provisórias, 25

2.2.6 Decreto legislativo, 26

2.2.7 Decreto regulamentar, 26

2.2.8 Resoluções, 26

2.2.9 Tratados e convenções internacionais, 26

2.2.10 Instrução normativa, 26

2.2.11 Ato declaratório, 26

### **2.3 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 26**

### **3 Tributos: conceitos, espécies e elementos fundamentais, 29**

3.1 Estrutura básica do sistema tributário nacional, 30

3.2 Conceito de tributo, 30

3.3 Espécies de tributo, 30

3.3.1 Impostos, 31

3.3.2 Taxas, 31

3.3.3 Contribuições de melhoria, 31

3.3.4 Contribuições sociais, 32

3.3.5 Contribuições econômicas e especiais, 32

3.3.6 Empréstimos compulsórios, 32

3.4 Relação de tributos existentes no Brasil, 32

3.5 O que não é considerado tributo, 32

3.5.1 Laudêmio, 32

3.5.2 Serviços prestados, 33

3.5.3 Multas, 33

3.5.4 Tarifas, 33

3.5.5 Pedágio, 33

3.6 Elementos fundamentais dos tributos, 34

3.6.1 Fato gerador, 34

- 3.6.2 Contribuinte de fato e contribuinte responsável, 34
- 3.6.3 Base de cálculo, 35
- 3.6.4 Alíquota, 35
- 3.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 35

**PARTE II – DA CONTABILIDADE  
INTRODUTÓRIA À CONTABILIDADE  
TRIBUTÁRIA, 37**

**4 Contabilidade estrutural: básica, lírica, poética, 39**

- 4.1 A contabilidade e seu objetivo principal, 40
- 4.2 Contabilidade: quando nasceu, como se desenvolveu e técnicas para entendê-la de forma simples, 40
- 4.3 Resultado dentro do balanço patrimonial, 40
- 4.4 Surge uma nova demonstração: a DRE, 41
- 4.5 Contabilidade: coleta, tratamento e distribuição, 41
  - 4.5.1 Lógica para débitos e créditos, 41
- 4.6 A contabilidade é como um rio que termina no mar, 42
- 4.7 Estrutura básica da contabilidade (e os princípios?), 43
- 4.8 O regime de competência: confronto entre receita e despesa, 44
  - 4.8.1 Explicação alternativa, 45
- 4.9 Registros contábeis, 47
- 4.10 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 48

**5 Contabilidade intermediária (societária), 51**

- 5.1 A nova contabilidade brasileira: histórico da entrada em vigor, 52
- 5.2 Exercício social e elaboração das DFS, 52
- 5.3 Demonstração de resultado, 53
  - 5.3.1 Estrutura e forma de apresentação, 54
  - 5.3.2 Receita bruta de vendas de mercadorias e serviços, 54
  - 5.3.3 Deduções da receita bruta, 55
  - 5.3.4 Receita líquida de vendas e serviços, 60
  - 5.3.5 Custo das mercadorias, produtos ou serviços, 60
  - 5.3.6 Lucro bruto, 61
  - 5.3.7 Despesas operacionais, 61
  - 5.3.8 Resultado operacional, 61
  - 5.3.9 Outras receitas e despesas, 61
  - 5.3.10 Resultado antes dos tributos sobre o lucro, 62
  - 5.3.11 Contribuição social e imposto de renda, 62
  - 5.3.12 Participações que não se caracterizam como despesa, 62
  - 5.3.13 Resultado das operações continuadas, 63
  - 5.3.14 Resultados com operações descontinuadas (não recorrentes), 63

- 5.3.15 Lucro líquido (prejuízo) do período, 63
- 5.3.16 Quadro comparativo, 63
- 5.4 Estrutura do balanço patrimonial, 63
  - 5.4.1 Ativo circulante, 64
  - 5.4.2 Não circulante, 64
  - 5.4.3 Passivo, 65
  - 5.4.4 Critérios de avaliação do ativo e passivo, 65
  - 5.4.5 Patrimônio líquido, 67
  - 5.4.6 Outra forma de apresentar o balanço patrimonial, 67
- 5.5 Principais mudanças na legislação societária com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, 68
- 5.6 Balanço de abertura com as novas regras, 68
- 5.7 Regulamentações do CPC, 69
- 5.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 69

**6 A relação Fisco x contabilidade: da Lei nº 6.404/76 até o RTT, 71**

- 6.1 A longa e polêmica demora para o fim do RTT, 72
- 6.2 E o tal do LALUC, o que seria?, 75
  - 6.2.1 Exemplo simples de utilização do LALUC, 76
- 6.3 Regime tributário de transição (RTT), 77
- 6.4 RTT: opcional ou obrigatório, 78
- 6.5 Alternativa ao RTT em 2008 e 2009, 79
- 6.6 Escrituração contábil e fiscal, 80
- 6.7 F-CONT, ECF e LALUR eletrônico (e-LALUR), 81
- 6.8 Exemplo numérico do RTT, 82
- 6.9 Exemplo com valor residual e registros no F-CONT, 83
- 6.10 Explicação resumida para compreender o registro de IR diferido positivo e negativo, 85
- 6.11 Arrendamento mercantil financeiro, 85
- 6.12 Fim do RTT: 2014 ou 2015, 86
- 6.13 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 86

**7 Os pronunciamentos do CPC e os impactos tributários, 89**

- 7.1 Considerações iniciais, 90
- 7.2 Pronunciamentos referentes aos bens do ativo fixo, 90
  - 7.2.1 Provisão para *impairment*, 90
  - 7.2.2 Teste de *impairment*: o exemplo da avenida Brasil, 90
  - 7.2.3 Outro exemplo numérico, 91
  - 7.2.4 Tratamento fiscal do *impairment test*, 92
  - 7.2.5 Registro dos bens do imobilizado, 92
  - 7.2.6 Ativo intangível (CPC 04) e ativo diferido, 94
  - 7.2.7 Ativo biológico e produto agrícola, 95
  - 7.2.8 Propriedades para investimento, 96
- 7.3 Ajuste a valor presente, 96

- 7.4 Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: CPC 02, 97
    - 7.4.1 Reflexos fiscais do CPC 02, 98
  - 7.5 Pagamento baseado em ações – CPC 10, 98
  - 7.6 Estoques – CPC 16, 99
  - 7.7 Ativo não circulante mantido para venda – CPC 31, 99
  - 7.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 99
- 8 A Lei nº 12.973/14 e a integração do Fisco com a contabilidade moderna aplicada no Brasil, 103**
- 8.1 Considerações iniciais, 104
  - 8.2 Ajuste por ocasião da adoção inicial da Lei nº 12.973/14, 104
  - 8.3 Apuração do lucro tributável e o LALUR, 105
  - 8.4 Redefinição do conceito de receita bruta, 106
  - 8.5 Custo dos bens e serviços e o arrendamento mercantil, 107
  - 8.6 Valor unitário de aquisição do imobilizado: valor atualizado, 109
  - 8.7 Despesas financeiras integradas ao ativo imobilizado (em construção), 109
  - 8.8 Lucro da exploração: ajustes a considerar, 110
  - 8.9 Custos de distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, 111
  - 8.10 Custo e lucro bruto em transações imobiliárias, 111
  - 8.11 Ganho de capital, 111
    - 8.11.1 Ganho de capital na base do lucro presumido (e arbitrado), 112
    - 8.11.2 Ajuste a valor presente na base de CSLL pelo lucro presumido, 113
  - 8.12 Mudança de lucro presumido para lucro real: tributação dos valores diferidos, 113
  - 8.13 Base de cálculo do pagamento de juros sobre capital próprio, 113
  - 8.14 Dedução de depreciação de bem objeto de arrendamento, 114
  - 8.15 Pequenos ajustes nas bases estimadas de IR e CSLL, 114
  - 8.16 Ajuste na base do lucro arbitrado, 115
  - 8.17 Novidades da Lei nº 12.973/14 em relação às bases de IR e CSLL, 115
    - 8.17.1 Ajuste a valor presente, 115
    - 8.17.2 Juros sobre financiamento atrelado a imobilizado em construção: reflexo no ganho de capital, 116
    - 8.17.3 Despesas pré-operacionais ou pré-industriais, 116
    - 8.17.4 Receita e despesa referentes a ganho ou perda decorrentes de avaliação a valor justo de ativos e passivos, 117
    - 8.17.5 Avaliação de ativos a valor justo: ganho de capital subscrição de ações, 117
    - 8.17.6 Contratos a longo prazo, 117
    - 8.17.7 Receita com subvenção para investimentos e prêmio na emissão de debêntures, 118
    - 8.17.8 Provisão para perdas por recuperabilidade de ativos, 118
    - 8.17.9 Pagamento baseado em ações, 118
    - 8.17.10 Contrato de concessão de serviços públicos, 119
    - 8.17.11 Despesa de depreciação, 119
    - 8.17.12 Amortização do intangível, 119
    - 8.17.13 Prejuízos nas atividades não operacionais, 120
    - 8.17.14 Receita de contratos de concessão, 120
    - 8.17.15 Custos estimados de desmontagens, 120
    - 8.17.16 Arrendamento mercantil, 120
  - 8.18 Contribuição social sobre o lucro líquido, 121
  - 8.19 PIS/PASEP e COFINS, 122
  - 8.20 Outros detalhes relevantes, 122
  - 8.21 Participações societárias, 122
  - 8.22 40 Perguntas respondidas sobre a aplicação da Lei nº 12.973/14, 122
  - 8.23 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 140
- 9 Adoção inicial da Lei nº 12.973/14, 143**
- 9.1 O LALUR, o F-CONT e o retorno ao (e-) LALUR, 144
  - 9.2 A adoção inicial e o uso de subcontas, 144
  - 9.3 O Anexo IV e a neutralidade proposta pela RFB, 145
  - 9.4 Empresa prejudicada, 146
  - 9.5 Empresa beneficiada com essa confusão: é possível?, 148
  - 9.6 Adoção inicial com valor justo e valor presente, 149
    - 9.6.1 Exemplos do Anexo I, 150
  - 9.7 O critério da rastreabilidade, 150
    - 9.7.1 Provisão para garantia, 150
    - 9.7.2 Arrendamento mercantil e juros sobre capital próprio, 151
  - 9.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 151
- PARTE III – TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO, 155**
- 10 Tributação sobre consumo no Brasil, 157**
- 10.1 Conceito geral de tributação sobre o consumo, 158
  - 10.2 Os tributos cobrados no Brasil sobre o consumo, 158
    - 10.2.1 IPI, 158
    - 10.2.2 II e IE, 158
    - 10.2.3 ICMS, 158
    - 10.2.4 ISS, 158
    - 10.2.5 PIS/PASEP e COFINS, 159
    - 10.2.6 Cide, 159
    - 10.2.7 INSS sobre faturamento (CPP), 159
    - 10.2.8 IOF, 159

- 10.3 Quanto tem de tributos em cada produto, 159
- 10.4 Números da tributação sobre o consumo no Brasil, 159
- 10.5 A demonstração do valor adicionado, 161
  - 10.5.1 Maiores empresas têm carga tributária maior que a carga tributária nacional divulgada, 161
- 10.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 162
- 11 IPI – Imposto sobre produtos industrializados, 165**
  - 11.1 Créditos para Rodolfo Castro e Arnaud Silva, 166
  - 11.2 Aspectos introdutórios, 166
  - 11.3 O IPI na Constituição de 1988, 167
    - 11.3.1 Princípio da competência tributária e da capacidade contributiva, 167
    - 11.3.2 Princípio da legalidade, 167
    - 11.3.3 Princípio da anterioridade e regra da noventena, 167
    - 11.3.4 Princípio da seletividade, 168
    - 11.3.5 Princípio da não cumulatividade, 168
    - 11.3.6 Outros princípios, 169
  - 11.4 Arrecadação do IPI e distribuição dos seus recursos, 169
  - 11.5 Fato gerador, 170
  - 11.6 Definição legal de industrialização, 170
    - 11.6.1 Beneficiamento, 170
    - 11.6.2 Montagem, 170
    - 11.6.3 Transformação, 171
    - 11.6.4 Acondicionamento ou reacondicionamento, 171
    - 11.6.5 Renovação ou reacondicionamento, 171
  - 11.7 Exclusão, 171
  - 11.8 Base de cálculo, 172
  - 11.9 Imunidades no IPI, 173
  - 11.10 Isenção do IPI, 173
  - 11.11 Crédito do imposto, 173
  - 11.12 Alíquotas, 174
  - 11.13 Contribuinte, 174
  - 11.14 Contabilização, 174
  - 11.15 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 174
- 12 Imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de comunicações – ICMS, 177**
  - 12.1 Conceito geral, 178
  - 12.2 Regulamentação na Constituição, 178
  - 12.3 Leis complementares e leis estaduais, 181
  - 12.4 Créditos do ICMS e o método não cumulativo, 182
    - 12.4.1 O caso da loja de roupas, 182
  - 12.5 Incidência: fato gerador, 183
  - 12.6 Operações relativas à circulação de mercadorias, 183
  - 12.7 Conflito entre ISS e ICMS, 183
    - 12.7.1 Fornecimento de alimentação e bebidas, 185
  - 12.8 Prestação de serviços de transporte, 185
  - 12.9 Prestação de serviços de comunicação, 185
  - 12.10 Entrada de mercadorias ou bem importados, 185
  - 12.11 Resolução nº 13 do Senado Federal, 185
  - 12.12 Venda a ordem, 186
  - 12.13 Base de cálculo, 186
    - 12.13.1 IPI, frete, seguros, descontos e o cálculo do ICMS, 187
    - 12.13.2 Exemplo numérico com icms e IPI, 187
    - 12.13.3 Exemplo numérico com vendas no exterior, 187
    - 12.13.4 Exemplo numérico com vendas isentas, 188
  - 12.14 Base de cálculo na importação, 188
  - 12.15 Crédito sobre aquisição de bens do ativo imobilizado, 189
    - 12.15.1 Uso do crédito do imobilizado com saídas não tributadas: exemplo, 190
  - 12.16 Alíquotas, 191
    - 12.16.1 Alíquota interna, 191
    - 12.16.2 Alíquotas interestaduais, 192
    - 12.16.3 Emenda Constitucional nº 87, de 16/abr/15, 193
    - 12.16.4 Exemplo numérico, 194
    - 12.16.5 Exemplo com IPI e vendas interestaduais, 195
    - 12.16.6 Exemplo com maioria das vendas ao exterior, 195
  - 12.17 Contribuinte, 195
  - 12.18 Não incidência, 195
  - 12.19 Registros contábeis, 196
  - 12.20 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 196
- 13 O ICMS e o modelo de substituição tributária, 199**
  - 13.1 Aspectos introdutórios, 200
  - 13.2 Característica principal, 200
  - 13.3 Contribuintes, 201
  - 13.4 Fato gerador presumido, 201
  - 13.5 IPI, frete, desconto e o cálculo do ICMS ST, 202
  - 13.6 Os estados e os produtos escolhidos para fins de substituição tributária, 202
  - 13.7 Confaz, 202
  - 13.8 Exemplo real de protocolo, 202
  - 13.9 Exemplo de substituição tributária com venda final por preço menor que o definido em lei, 203
  - 13.10 Industrial, atacadista ou distribuidor e varejista, 204
  - 13.11 A contabilidade na empresa substituída, 205
  - 13.12 A distribuidora, a contabilidade e o ICMS ST, 206
  - 13.13 Decisão polêmica do STF pode revolucionar o modelo de ST, 207
  - 13.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 207
- 14 ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 211**
  - 14.1 Evolução histórica, 212

- 14.2 Estrutura básica, 213
  - 14.3 Fato gerador, 213
  - 14.4 Momento da incidência, 214
  - 14.5 Base de cálculo, 214
    - 14.5.1 Caso interessante: o ISS cobrado sobre pedágio, 214
    - 14.5.2 O ISS e o ajuste a valor presente, 215
    - 14.5.3 Exceções à base de cálculo, 215
  - 14.6 Contribuinte de fato e responsável, 215
  - 14.7 Não incidência, 216
  - 14.8 Alíquotas, 216
    - 14.8.1 Alíquotas mínima e máxima, 216
    - 14.8.2 Alíquota interna, 216
  - 14.9 Local da prestação do serviço e do recolhimento do imposto, 216
  - 14.10 Sociedade de profissionais, 218
  - 14.11 Tributação de sociedades uniprofissionais na cidade do Rio de Janeiro, 218
    - 14.11.1 Definição, 218
    - 14.11.2 Base de cálculo estimada, 218
    - 14.11.3 Alíquota e prazos de pagamento, 219
  - 14.12 Lista de serviços, 219
    - 14.12.1 Informática e congêneres, 219
    - 14.12.2 Medicina e assistência veterinária, 219
    - 14.12.3 Cuidados pessoais, 219
    - 14.12.4 Engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, limpeza, manutenção, meio ambiente e saneamento, 219
    - 14.12.5 Diversão e lazer, 219
  - 14.13 Contabilização, 219
  - 14.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 220
- 15 PIS/PASEP e COFINS: estrutura básica, 223**
- 15.1 PIS/PASEP e COFINS no sistema tributário nacional, 224
  - 15.2 PIS/PASEP, 224
  - 15.3 COFINS, 224
  - 15.4 Exemplo numérico de tributação cumulativa, 225
  - 15.5 PIS e COFINS nas empresas submetidas a tributação pelos lucros presumido ou arbitrado, 226
    - 15.5.1 Redefinição do conceito de receita bruta, 226
    - 15.5.2 Regime de reconhecimento de receitas, 228
    - 15.5.3 Vendas para governo, 228
    - 15.5.4 Exemplos numéricos, 228
  - 15.6 PIS + COFINS nas empresas tributadas pelo lucro real, 229
    - 15.6.1 Base de cálculo: o total de receitas e as exclusões, 230
    - 15.6.2 Outras receitas que devem ser tributadas, 230
    - 15.6.3 Deduções da base de cálculo, 231
    - 15.6.4 Receitas financeiras, 231
    - 15.6.5 Base de cálculo, alíquotas e despesa em empresas sujeitas ao método não cumulativo, 232
- 15.7 Créditos permitidos no método não cumulativo, 232**
- 15.7.1 Compras para revenda, 234
  - 15.7.2 Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, 235
  - 15.7.3 Aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica e utilizados nas atividades da empresa, 236
  - 15.7.4 Despesas de arrendamento mercantil, 236
  - 15.7.5 Depreciação de bens do ativo imobilizado, 237
  - 15.7.6 Benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa, 241
  - 15.7.7 Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica, 241
  - 15.7.8 Armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, quando o ônus for suportado pelo vendedor, 241
  - 15.7.9 Vale-transporte, alimentação e vestuário, 241
  - 15.7.10 Crédito presumido sobre saldo de estoque, 242
  - 15.7.11 Estorno de crédito de bens não utilizados para produção ou revenda, 242
  - 15.7.12 O CARF e os créditos de PIS e COFINS, 242
- 15.8 Empresas com tributação mista, 243**
- 15.8.1 Receitas de serviços de telecomunicações, 244
  - 15.8.2 Demais receitas com tributação mista, 245
- 15.9 Receitas de vendas de veículos usados, 245**
- 15.10 Quem ganhou com a mudança do método cumulativo para o método não cumulativo, 246**
- 15.11 Tributação monofásica ou concentrada, 247
  - 15.12 Produtos com alíquota zero, 248
  - 15.13 Crédito presumido, 248
  - 15.14 Tributação das importações, 249
    - 15.14.1 Incidência, 249
    - 15.14.2 Não incidência, 249
    - 15.14.3 Fato gerador, 250
    - 15.14.4 Contribuintes, 250
    - 15.14.5 Base de cálculo, 250
    - 15.14.6 Alíquotas, 251
    - 15.14.7 Créditos nas importações, 251
  - 15.15 Outras informações e detalhes sobre PIS e COFINS, 252
  - 15.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 252
- 16 PIS/PASEP e COFINS: aspectos contábeis, 255**
- 16.1 Aspectos introdutórios, 256

- 16.2 O registro e o controle do PIS e da COFINS com base na experiência acumulada pela contabilidade no reconhecimento do direito de recuperação de crédito tributário de natureza mercantil, 256
    - 16.2.1 Método direto subtrativo, 256
    - 16.2.2 Método direto aditivo, 256
    - 16.2.3 Método indireto subtrativo, 257
    - 16.2.4 Método de crédito do tributo, 257
  - 16.3 O PIS, a COFINS e os métodos existentes, 257
  - 16.4 Escrituração contábil da empresa, 257
  - 16.5 Registro na demonstração do resultado, 257
  - 16.6 Compra de mercadorias, matéria-prima e insumos, 258
  - 16.7 Exemplo numérico com vendas no mercado interno, 258
  - 16.8 Exemplo numérico com vendas no mercado externo, 259
  - 16.9 Crédito sobre estoque inicial, 261
  - 16.10 Crédito sobre despesas, 261
  - 16.11 Depreciação fiscal e contábil e os créditos de PIS e COFINS, 261
  - 16.12 Exemplos numéricos, 262
  - 16.13 Problemas (e soluções) no registro contábil do arrendamento mercantil financeiro, 263
  - 16.14 O crédito de PIS e COFINS nos pagamentos de arrendamentos, 263
    - 16.14.1 Exemplo numérico, 264
  - 16.15 O impacto do ICMS ST nas bases de PIS e COFINS nas empresas distribuidoras ou atacadistas, 265
  - 16.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 266
- 17 Tributos com função regulatória, 269**
- 17.1 O que é um tributo com função regulatória, 270
  - 17.2 Impostos sobre comércio exterior, 270
  - 17.3 Imposto sobre operações financeiras, 270
    - 17.3.1 Operações de crédito, 271
    - 17.3.2 Operações de câmbio, 273
    - 17.3.3 Operações de seguros, 274
    - 17.3.4 Títulos e valores mobiliários, 274
    - 17.3.5 Operações com ouro, 275
  - 17.4 CPMF, o imposto do cheque, 275
  - 17.5 CIDE, 275
    - 17.5.1 CIDE-remessas para o exterior, 275
    - 17.5.2 CIDE-combustíveis, 277
  - 17.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 279
- PARTE IV – TRIBUTAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO E ENCARGOS SOCIAIS, 281**
- 18 Impostos sobre o patrimônio, 283**
- 18.1 Breve introdução, 284
  - 18.2 Tributação sobre o patrimônio, 284
  - 18.3 Imposto sobre a herança (ITD), 284
    - 18.3.1 Evolução histórica até a carta de 1988, 284
    - 18.3.2 O ITD na Constituição de 1988, 285
    - 18.3.3 Legislação básica no estado do RJ, 285
  - 18.4 Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), 287
    - 18.4.1 Fato gerador, 287
    - 18.4.2 ITBI na transferência de pessoa física para jurídica, 287
    - 18.4.3 Contribuinte e base de cálculo, 288
    - 18.4.4 Alíquota, 288
    - 18.4.5 Prazos de pagamento e penalidades, 288
    - 18.4.6 Isenções, 288
    - 18.4.7 Registro contábil, 288
  - 18.5 Imposto sobre propriedade urbana (IPTU), 289
    - 18.5.1 Fato gerador, 289
    - 18.5.2 Contribuinte, 289
    - 18.5.3 Base de cálculo, 290
    - 18.5.4 Alíquotas e progressividade do imposto, 290
    - 18.5.5 Prazo de pagamento, 290
    - 18.5.6 Isenções, 290
    - 18.5.7 Registro contábil nas empresas, 291
  - 18.6 Imposto sobre veículos (IPVA), 291
    - 18.6.1 Breve histórico, 292
    - 18.6.2 Fato gerador, base de cálculo e alíquota, 292
    - 18.6.3 Isenção e não incidência, 293
    - 18.6.4 Injustiça tributária, 293
    - 18.6.5 Registro contábil nas empresas, 294
  - 18.7 Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), 294
    - 18.7.1 Alterações na Emenda nº 42/03, 295
  - 18.8 Imposto sobre grandes fortunas, 295
  - 18.9 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 296
- 19 O sistema previdenciário brasileiro e os encargos sociais, 299**
- 19.1 Aspectos introdutórios, 300
  - 19.2 Breve histórico da previdência social, 300
  - 19.3 Os números da previdência social e a possível reforma, 302
  - 19.4 Contribuições previdenciárias, 303
    - 19.4.1 Contribuições do empregador, 303
    - 19.4.2 Contribuições do INSS sobre a receita bruta, 304
  - 19.5 Contribuições do empregado, 304
  - 19.6 Fundo de garantia do tempo de serviço, 305
  - 19.7 Contribuições a terceiros, 305
    - 19.7.1 Salário-educação, 305
    - 19.7.2 INCRA, 306
    - 19.7.3 SENAI, 306
    - 19.7.4 SESI, 306
    - 19.7.5 SENAC, 307
    - 19.7.6 SESC, 307
    - 19.7.7 SENAR, 307
    - 19.7.8 SEST e SENAT, 307
    - 19.7.9 SEBRAE, 308
    - 19.7.10 Fundo aeroviário e DPC, 308
    - 19.7.11 SESCOOP, 308
    - 19.7.12 FUST, 308
  - 19.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 309

## PARTE V – TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA: IRPJ E CSLL, 311

### 20 Tributação sobre o lucro no Brasil, 313

- 20.1 Dois tributos diferentes sobre o lucro, 314
- 20.2 Princípios básicos do imposto de renda, 314
- 20.3 Fato gerador, 314
- 20.4 Declaração anual, 315
- 20.5 Declaração mensal, 315
- 20.6 Base de cálculo, 316
- 20.7 Alíquotas, 316
  - 20.7.1 Imposto de renda, 316
  - 20.7.2 Dois caminhos para encontrar o IR devido, 317
  - 20.7.3 Contribuição social, 317
- 20.8 Formas de tributação sobre o lucro, 318
- 20.9 Contribuição social sobre o lucro líquido, 319
  - 20.9.1 Contribuintes e fato gerador, 319
  - 20.9.2 Cálculo da CSLL pelo lucro real, 319
- 20.10 A nova contabilidade e as formas de tributação sobre o lucro, 320
- 20.11 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 320

### 21 Lucro presumido, 323

- 21.1 Conceito, 324
- 21.2 Empresas proibidas, 324
- 21.3 Escrituração contábil ou livro caixa, 325
- 21.4 Momento da opção, 325
- 21.5 Periodicidade e prazo de recolhimento, 325
- 21.6 Encargos sobre atrasos, 326
  - 21.6.1 Cuidado no atraso de parcelamento, 326
- 21.7 Base de cálculo e alíquotas, 327
  - 21.7.1 Consultas respondidas pela RFB, 327
  - 21.7.2 Alíquotas aplicadas, 328
- 21.8 Cálculo do IR e da CSLL, 328
- 21.9 Exemplos numéricos, 328
  - 21.9.1 Posto de gasolina, 328
  - 21.9.2 Comércio de móveis, 329
- 21.10 Empresa de serviços com receita anual até R\$ 120 mil, 329
- 21.11 Distribuição de lucros, 330
  - 21.11.1 Exemplo numérico, 330
- 21.12 Compensação de prejuízos fiscais, 331
- 21.13 O lucro presumido, contabilidade moderna e a Lei nº 12.973/14, 331
- 21.14 Ganho na venda de bens do imobilizado e falta de registro da depreciação, 331
- 21.15 Planejamento tributário, 332
  - 21.15.1 Exemplo numérico, 332
- 21.16 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 332

### 22 Estrutura básica do lucro real, 335

- 22.1 Resultado apurado nas entidades empresariais, 336
- 22.2 Tributação sobre o lucro, 336
  - 22.2.1 Resultado antes de IR + CSLL, 336
  - 22.2.2 Adições – despesas contabilizadas e não aceitas pelo Fisco, 336

- 22.2.3 Adições – receitas exigidas pelo Fisco e não contabilizadas em receita, 336
- 22.2.4 Exclusões – receitas contabilizadas e não exigidas pelo Fisco, 337
- 22.2.5 Exclusões – despesas aceitas pelo Fisco e não contabilizadas em despesa, 337
- 22.2.6 Lucro (ou prejuízo) líquido ajustado, 337
- 22.2.7 Compensação de prejuízos fiscais, 337
- 22.2.8 Lucro fiscal, 337
- 22.3 Explicação alternativa, 337
- 22.4 Compensação de prejuízos fiscais, 339
  - 22.4.1 Limitação percentual, 339
  - 22.4.2 Empresa que deixar de existir perderá prejuízos fiscais, 339
  - 22.4.3 Caso interessante: Sadia e Perdigão, 340
  - 22.4.4 Tributação sobre o capital e não sobre o lucro, 340
  - 22.4.5 Exclusão postergada, 341
  - 22.4.6 Uso do prejuízo fiscal no refinanciamento de tributos federais, 342
  - 22.4.7 Compensação de prejuízos de empresas controladas, 342
- 22.5 LALUR, 343
  - 22.5.1 Dispositivo legal, 343
  - 22.5.2 Parte a: do lucro contábil ao lucro real, 344
  - 22.5.3 Parte b: registros que poderão afetar o resultado fiscal em períodos seguintes, 344
  - 22.5.4 Livro de apuração da base da contribuição social, 344
- 22.6 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 345

### 23 Lucro real: comparação entre as opções trimestral e anual, 347

- 23.1 Opções de tributação do lucro real, 348
- 23.2 Lucro real trimestral, 348
- 23.3 Exemplo numérico com perda do adicional, 348
- 23.4 Empresa atingida pela crise mundial e a apuração trimestral de IR + CSLL, 349
- 23.5 Exemplo com prejuízo no terceiro trimestre, 349
- 23.6 Lucro real trimestral melhor que a apuração anual, 350
- 23.7 Exemplo numérico, 350
- 23.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 351

### 24 Lucro real anual: antecipações mensais em bases estimadas, 353

- 24.1 Lucro real e o período de apuração, 354
- 24.2 Apuração anual, recolhimentos mensais, 354
- 24.3 Cálculo da estimativa mensal, 354
- 24.4 Impacto das novidades da contabilidade no cálculo de IR e CSLL por bases estimadas, 354

- 24.5 Valores que não integram a base estimada do IR, 354
- 24.6 Exemplo numérico, 355
- 24.7 Instituições financeiras e equiparadas, 355
- 24.8 Atividades imobiliárias, 355
- 24.9 Comparação entre o cálculo pela estimativa e o cálculo pelo lucro real, 355
- 24.10 Acerto de contas, 356
- 24.11 Atenção no uso do balancete de redução ou suspensão, 357
- 24.12 Exemplo numérico, 357
- 24.13 Tratamento contábil, 359
- 24.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 360
- 25 Despesas dedutíveis e não dedutíveis, 363**
  - 25.1 Contabilidade e Fisco: integração desde 1977, 364
  - 25.2 Regra geral para dedutibilidade de despesas, 364
    - 25.2.1 Comprovação de despesas, 364
    - 25.2.2 Rateio de despesas, 365
    - 25.2.3 SPED e a nota fiscal eletrônica, 365
    - 25.2.4 Consultas respondidas, 365
  - 25.3 Custo das mercadorias e produtos vendidos, 365
    - 25.3.1 Os estoques na contabilidade (CPC 16), 366
    - 25.3.2 Compra de estoques a prazo e registro de AVP, 367
    - 25.3.3 Apuração do custo em empresas comerciais, 368
    - 25.3.4 Estoque adquirido do exterior, 369
    - 25.3.5 Custo apurado por empresas industriais, 369
    - 25.3.6 Custo arbitrado, 370
    - 25.3.7 Quebras e perdas, 372
  - 25.4 Pagamentos a sociedades civis ligadas, 372
  - 25.5 Despesas com provisões, 372
    - 25.5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa, 372
    - 25.5.2 Provisão para perdas em processos trabalhistas, 375
    - 25.5.3 Riscos fiscais e tributos com exigibilidade suspensa, 376
    - 25.5.4 Provisão para participações de empregados no lucro, 377
    - 25.5.5 Provisão para perdas em processos cíveis, 377
    - 25.5.6 Provisão para ajustes a valor de mercado e para perdas por *impairment*, 377
    - 25.5.7 Provisão para garantias de produtos com defeito, 378
    - 25.5.8 Provisão para manutenção de bens do imobilizado, 378
    - 25.5.9 Provisão para contingências, 379
    - 25.5.10 Demais provisões, 379
  - 25.6 Provisões dedutíveis, 379
  - 25.7 Despesa com depreciação, 380
    - 25.7.1 Ativo imobilizado, 380
    - 25.7.2 Objetivo da depreciação na contabilidade, 380
    - 25.7.3 Exemplo didático: caminhão de empresa comercial, 380
    - 25.7.4 Métodos de depreciação, 381
    - 25.7.5 O critério fiscal, 382
    - 25.7.6 A despesa de depreciação e a parcela dedutível, 383
    - 25.7.7 Sugestão ao Fisco dada na 5ª edição deste manual, 383
    - 25.7.8 Exemplo com método da soma dos dígitos, 384
    - 25.7.9 Depreciação na aquisição de bens usados, 384
    - 25.7.10 Depreciação acelerada pelo uso, 385
    - 25.7.11 Depreciação acelerada incentivada, 385
    - 25.7.12 Bens que não devem ser depreciados, 385
  - 25.8 Despesas com amortização, 385
    - 25.8.1 Despesas pré-operacionais, 385
    - 25.8.2 Amortização de intangíveis, 386
  - 25.9 Doações, 386
    - 25.9.1 Doações a entidades civis, 386
    - 25.9.2 Doações a institutos de ensino e pesquisa, 387
    - 25.9.3 Doações a OSCIP, 387
    - 25.9.4 Doações a projetos enquadrados na Lei Rouanet, 387
    - 25.9.5 Doações para o fundo da criança e do adolescente, 388
  - 25.10 Gastos com cartões de crédito, 388
  - 25.11 Previdência privada, 388
  - 25.12 *Royalties* e assistência técnica, 388
    - 25.12.1 Conceito e despesas com *royalty*, 388
    - 25.12.2 Despesas não dedutíveis, 389
    - 25.12.3 Limite para dedução da despesa de *royalty*, 389
    - 25.12.4 Assistência técnica, 389
  - 25.13 Resultado negativo de equivalência patrimonial, 389
  - 25.14 Perdão de dívida, 390
  - 25.15 Alimentação de acionistas, administradores e sócios, 389
  - 25.16 Honorários e participações de administradores, 390
  - 25.17 Juros e multas de natureza fiscal, 390
    - 25.17.1 Parecer Normativo nº 61/79, 390
    - 25.17.2 Adição na base da CSLL, 391
    - 25.17.3 Momento da dedutibilidade da multa, 391
    - 25.17.4 Juros de mora, 391
  - 25.18 Multas de natureza não tributária, 391
  - 25.19 Despesas com propaganda, brindes e bonificações, 391
    - 25.19.1 Aspectos polêmicos entre brindes e propaganda, 392



- 25.19.2 Amostra grátis, 392
- 25.20 Despesas de viagem, 393
- 25.21 Despesas com benefícios indiretos a empregados, 393
- 25.22 Gratificações a empregados, 393
- 25.23 Despesas médicas, odontológicas e farmacêuticas, 393
- 25.24 Prejuízo na baixa de investimentos adquiridos com incentivos fiscais, 393
- 25.25 Prejuízo por desfálques, roubos, furtos ou apropriação indébita praticada por empregados ou terceiros, 393
- 25.26 Demais adições, 394
- 25.27 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 394
- 26 Exclusões ao lucro líquido, 397**
  - 26.1 Regra geral, 398
  - 26.2 Receitas contabilizadas e não exigidas pelo Fisco, 398
    - 26.2.1 Reversão de provisões constituídas em períodos anteriores, 398
    - 26.2.2 Dividendos recebidos de investimentos avaliados pelo custo, 398
    - 26.2.3 Resultado positivo de equivalência patrimonial, 398
    - 26.2.4 Amortização de deságio apurado na aquisição de investimentos, 398
    - 26.2.5 Lucro obtido na venda para empresas públicas, 399
    - 26.2.6 Ganho na venda de bens do imobilizado, 399
    - 26.2.7 Avaliação a valor justo ou ajuste a valor presente, 399
  - 26.3 Valores registrados no ativo ou patrimônio líquido e aceitos como despesa pelo Fisco, 400
    - 26.3.1 Depreciação acelerada incentivada, 400
    - 26.3.2 Juros sobre capital próprio, 400
    - 26.3.3 Exploração de petróleo cru pela Petrobras, 400
    - 26.3.4 Novas exclusões autorizadas pela Lei nº 12.973/14, 400
  - 26.4 Exemplo didático de exclusão postergada, 401
  - 26.5 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 402
- 27 Incentivos fiscais do imposto de renda das pessoas jurídicas, 405**
  - 27.1 Conceito geral, 406
  - 27.2 Programa de alimentação ao trabalhador, 406
    - 27.2.1 Exemplo numérico, 407
  - 27.3 Incentivos para atividade cultural, 408
    - 27.3.1 Atividade audiovisual, 408
    - 27.3.2 Atividade cultural ou artística, 409
  - 27.4 Doações como incentivos fiscais, 411
    - 27.4.1 Fundo da infância e da adolescência (FIA), 411
    - 27.4.2 Incentivo ao esporte, 412
    - 27.4.3 Pronon e Pronas, 412
    - 27.4.4 Fundo Nacional do Idoso, 412
  - 27.5 Lucro da exploração, 412
  - 27.6 Incentivos à inovação tecnológica, 413
    - 27.6.1 Dos dispêndios classificáveis como despesa operacional, 413
    - 27.6.2 Dedução integral na aquisição de imobilizado, 414
  - 27.7 Finam e Finor, 415
  - 27.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 415
- 28 Compensação de prejuízos não operacionais e o controle separado no LALUR, 417**
  - 28.1 Separação de prejuízos não operacionais, 418
  - 28.2 Lucro operacional compensando todo prejuízo não operacional, 418
  - 28.3 Lucro operacional compensando parte do prejuízo não operacional, 418
  - 28.4 Prejuízo operacional e prejuízo não operacional, 419
  - 28.5 Exemplo numérico completo, 419
  - 28.6 Comentários finais, 420
  - 28.7 Questões resolvidas, 421
  - 28.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 422
- 29 Lucro arbitrado, 425**
  - 29.1 Regra geral, 426
  - 29.2 Formas de arbitramento, 426
    - 29.2.1 Receita bruta conhecida, 426
    - 29.2.2 Receita bruta não conhecida, 426
  - 29.3 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 427
- 30 Imposto de renda diferido, 429**
  - 30.1 Tributação sobre o lucro: definição e conceito, 430
  - 30.2 Adições e exclusões: temporárias e definitivas, 430
  - 30.3 Despesa de IR com adições e exclusões definitivas, 431
  - 30.4 Despesa de IR com adições temporárias, 431
  - 30.5 Exemplos de ajustes temporários, 432
  - 30.6 Despesa de IR com exclusões temporárias, 432
  - 30.7 Crédito sobre prejuízos fiscais, 433
    - 30.7.1 Exemplo numérico: CIA. Barril, 433
  - 30.8 Regulamentação, 434
  - 30.9 Constituição de ativo sem expectativa de realização futura, 435
  - 30.10 Mudança de alíquota, 435
  - 30.11 Exemplo numérico, 436
  - 30.12 Notas explicativas, 437
    - 30.12.1 Exemplo didático de nota de reconciliação de alíquotas, 438
  - 30.13 Nota explicativa da Petrobras, 439
  - 30.14 Nota explicativa da Marisa lojas, 442
  - 30.15 RTT e os ativos e passivos fiscais diferidos, 442
  - 30.16 Cias. Abertas e as infomações sobre RTT, 443
  - 30.17 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 444

**31 Retenções na fonte, 447**

- 31.1 Considerações iniciais, 448
- 31.2 Retenção de entidades públicas, 448
- 31.3 Casos específicos, 450
- 31.4 Retenção/pagamentos de DARF menor que R\$ 10, 451
- 31.5 Prazo de recolhimento, 451
- 31.6 Retenção na fonte de PIS, COFINS e CSLL, 451
- 31.7 Tratamento contábil, 452
- 31.8 Regras específicas na retenção de contribuições, 453
- 31.9 Retenção de IR sobre multas, 453
- 31.10 Retenção na fonte de IR sobre serviços profissionais, 454
- 31.11 Prazo de recolhimento, 454
- 31.12 Tratamento contábil: exemplo apenas com retenção de IR, 454
- 31.13 IR sobre aplicações financeiras, 455
- 31.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 455

**PARTE VI – TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESAS E ENTIDADES IMUNES/ISENTAS, 457**

**32 Tributação das microempresas e empresas de pequeno porte, 459**

- 32.1 Introdução e regulamentação, 460
- 32.2 Justificativas para criação do Simples, 460
- 32.3 Redução da burocracia, 461
- 32.4 Formalização da opção pelo Simples Nacional, 461
- 32.5 Livro-caixa e escrituração contábil, 461
- 32.6 Tributação do MEI, 462
- 32.7 Receitas alcançadas pelo Simples Nacional, 462
- 32.8 Ganho de capital, 462
- 32.9 Declaração anual, 463
- 32.10 Distribuição de lucros, 463
- 32.11 Tributos unificados no Simples Nacional, 463
- 32.12 Limites para enquadramento, 464
- 32.13 O simples nacional e os estados e municípios, 465
- 32.14 Vedações à utilização do Simples, 465
- 32.15 Exclusão do Simples Nacional, 466
- 32.16 Pagamento mensal, 467
- 32.17 Cálculo do Simples Nacional, 467
- 32.18 Comércio, 467
  - 32.18.1 Empresa iniciando atividade em 2014, 468
  - 32.18.2 Empresa em funcionamento, 468
  - 32.18.3 Simples ou lucro real ou lucro presumido?, 468
  - 32.18.4 Empresa com vendas ao exterior, 469
  - 32.18.5 Substituição tributária, tributação concentrada e imunidade, 469
- 32.19 Empresas industriais, 470
- 32.20 Prestadores de serviços com INSS incluído no Supersimples, 470

- 32.20.1 Simples ou lucro real ou lucro presumido?, 471
- 32.21 Prestadores de serviços com INSS pago em função da folha de pagamento, 471
- 32.22 Prestadores de serviços com alíquota dependendo da folha de salários, 471
- 32.23 Ultrapassagem de limite, 472
- 32.24 Outros benefícios da Lei complementar nº 123/2006, 472
- 32.25 Modificações da Lei Complementar nº 147/14, 472
  - 32.25.1 Novas atividades, 472
  - 32.25.2 Anexo VI da Lei Complementar 123/06, 473
  - 32.25.3 Limite extra para exportação de serviços, 473
  - 32.25.4 Baixa de empresas, 473
  - 32.25.5 MEI – contratação por empresas, 473
- 32.26 Novas mudanças para 2018: projeto aprovado, 473
  - 32.26.1 Limite máximo, 473
  - 32.26.2 Novo modelo de cálculo, 473
  - 32.26.3 Novos setores, 474
  - 32.26.4 Novos investidores para inovação, 474
  - 32.26.5 Outras observações, 474
- 32.27 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 474

**33 Tributação das entidades imunes e isentas, 477**

- 33.1 Imunidade e isenção, 478
- 33.2 Templos de qualquer culto, 479
- 33.3 Partidos, sindicatos, autarquias e fundações, 479
- 33.4 Instituições de educação, 479
- 33.5 Instituições de assistência social, 479
- 33.6 Entidades isentas, 480
  - 33.6.1 Sociedades filantrópicas, recreativas e culturais, 480
  - 33.6.2 Microempresas e empresas de pequeno porte, 480
  - 33.6.3 Demais entidades, 480
- 33.7 Imunidade e isenção aplicada para PIS e COFINS, 480
- 33.8 PIS pago sobre a folha de pagamento, 481
- 33.9 Consultas favoráveis às entidades isentas, 482
- 33.10 COFINS das entidades imunes e isentas, 482
- 33.11 Resumo: incidem PIS e COFINS nas entidades sem fins lucrativos?, 485
- 33.12 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 487

**PARTE VII – TRIBUTAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS, 489**

**34 Estrutura básica do IRPF no Brasil, 491**

- 34.1 Aspectos introdutórios, 492
- 34.2 Contribuintes obrigados a declarar, 492
- 34.3 Prazo, forma e local de entrega da DAA, 493
- 34.4 Modelos de entrega, 493

- 34.4.1 Declaração simplificada, 493
- 34.4.2 Declaração completa, 494
- 34.5 Alíquotas, 494
- 34.6 Pagamento, parcelamento e atraso, 495
- 34.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 496
- 35 Rendimentos de pessoa física, 499**
  - 35.1 Receitas da pessoa física, 500
  - 35.2 Rendimentos isentos e não tributáveis, 500
    - 35.2.1 Rendimentos do trabalho e assemelhados, 500
    - 35.2.2 Rendimentos pagos por previdências, 502
    - 35.2.3 Indenizações, 503
    - 35.2.4 Rendimentos de participações societárias, 504
    - 35.2.5 Rendimentos obtidos no mercado financeiro, 504
    - 35.2.6 Obtidos na venda de bens, 505
    - 35.2.7 Demais rendimentos isentos, 505
  - 35.3 Rendimentos tributáveis, 505
    - 35.3.1 Rendimentos do trabalho, 506
    - 35.3.2 Rendimentos de aluguéis, 508
    - 35.3.3 Rendimentos de pensão, 509
    - 35.3.4 Benefícios da previdência privada, 509
  - 35.4 Rendimentos tributados exclusivamente na fonte, 509
    - 35.4.1 Prêmios em dinheiro, distribuídos por loterias, concursos ou sorteios, 510
    - 35.4.2 Décimo terceiro salário, 510
    - 35.4.3 Participação nos lucros ou resultados (PLR) das empresas, 510
    - 35.4.4 Rendimentos de aplicações financeiras, 510
    - 35.4.5 Juros sobre capital próprio, 511
    - 35.4.6 Outros rendimentos com tributação exclusiva na fonte, 511
  - 35.5 Casos específicos de retenção na fonte e tributação na daa, 511
    - 35.5.1 Cumprimento de decisão da justiça federal, 511
    - 35.5.1 Cumprimento de decisões da justiça do trabalho, 511
  - 35.6 Rendimentos recebidos acumuladamente, 511
  - 35.7 Casos de não retenção e não recolhimento, 512
  - 35.8 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 512
- 36 Deduções permitidas, 515**
  - 36.1 Deduções permitidas, 516
  - 36.2 Dependentes, 516
  - 36.3 Contribuição previdenciária oficial, 517
  - 36.4 Contribuição previdenciária privada, 517
    - 36.4.1 Dedução hoje, tributação amanhã, 517
  - 36.5 Pensão alimentícia, 518
  - 36.6 Despesas médicas, 518
  - 36.7 Despesas com educação, 519
  - 36.8 Apuração do imposto a pagar ou restituir, 519
- 36.8.1 Incentivos fiscais, 520
- 36.8.2 Deduções para empregadas domésticas, 520
- 36.9 Doações, 520
- 36.10 Carnê-leão, 520
  - 36.10.1 Fato gerador, 520
  - 36.10.2 Alíquota e base de cálculo, 521
  - 36.10.3 Deduções do livro-caixa, 521
  - 36.10.4 Rendimentos recebidos no exterior, 522
  - 36.10.5 Exemplos numéricos, 523
- 36.11 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 523
- 37 Declaração de bens, 525**
  - 37.1 Declaração de bens, 526
  - 37.2 Bens que devem ser declarados, 526
  - 37.3 Benfeitorias, 526
  - 37.4 Ganhos de capital, 526
  - 37.5 Venda de bens com valor menor que R\$ 35 mil, 528
  - 37.6 Ganho de capital: exemplos numéricos, 528
    - 37.6.1 1º exemplo: aquisição a partir de 1996, 528
    - 37.6.2 2º exemplo: aquisição entre 1989 e 1995, 529
    - 37.6.3 3º exemplo: aquisição entre 1970 e 1989, 529
    - 37.6.4 4º exemplo: venda antes da compra, 530
    - 37.6.5 5º exemplo: venda com uso integral do dinheiro para compra de outro imóvel no prazo de 180 dias, 530
    - 37.6.6 6º exemplo: venda com uso parcial do dinheiro para compra e outro imóvel no prazo de 180 dias, 530
  - 37.7 Permuta de bens imóveis, 531
  - 37.8 Novas alíquotas de ganho de capital a partir de 2017, 531
  - 37.9 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 532
- PARTE VIII – TÓPICOS AVANÇADOS DE TRIBUTAÇÃO, 535**
- 38 Juros sobre capital próprio, 537**
  - 38.1 Custo de oportunidade, 538
  - 38.2 Novidade na legislação tributária, 538
  - 38.3 JCP pago por empresas no lucro presumido, 538
  - 38.4 Cálculo dos juros sobre capital próprio, 539
  - 38.5 Limite de dedutibilidade, 540
    - 38.5.1 Prejuízo no ano e saldo de lucros acumulados, 540
    - 38.5.2 Lucro no ano e saldo de lucros acumulados, 540
  - 38.6 Tratamento fiscal do pagamento a maior, 540
  - 38.7 Dedução da CSLL antes do cálculo do limite, 541
  - 38.8 Retenção na fonte, 541

- 38.9 Inclusão na base dos dividendos, 541
- 38.10 Incorporação ao capital social, 541
- 38.11 JCP como instrumento de planejamento tributário, 541
- 38.12 Exemplo numérico, 542
  - 38.12.1 Substituição simples de dividendos por JCP, 542
  - 38.12.2 Três empresas, 543
  - 38.12.3 Distribuição antecipada, 544
- 38.13 Tratamento contábil e outras novidades, 544
- 38.14 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 545
- 39 Participações societárias, 547**
  - 39.1 Crescimento nas aquisições de empresas, 548
  - 39.2 Tipos e formas de avaliação de investimentos, 548
  - 39.3 Método de custo, 548
  - 39.4 Conceito societário de coligação e controle, 548
  - 39.5 Extinção do conceito de relevância para fins de MEP, 549
  - 39.6 A Lei nº 12.973/14 e as participações societárias, 549
  - 39.7 Participação em investidas avaliadas pelo MEP: desdobramento do custo de aquisição, 550
  - 39.8 Avaliação do investimento no balanço, 551
  - 39.9 Participação societária: impacto da variação de ativos avaliados a valor justo, 552
  - 39.10 Amortização do ágio e do deságio, 552
  - 39.11 Tratamento fiscal das participações societárias nos processos de reorganização societária, incluindo tratamento do ágio e do deságio, 552
- 39.12 Considerações, comentários e exemplos sobre as modificações da Lei nº 12.973/14 em relação às participações societárias, 555
- 39.13 Ágio e deságio: tratamento até dez/07, 555
- 39.14 Ágio e deságio: novo tratamento contábil-societário, 555
- 39.15 Exemplo numérico 1: compra com mais-valor e *goodwill*, 556
- 39.16 Exemplo 2: compra com mais-valor e ganho em compra vantajosa, 557
- 39.17 Exemplo 3: caso mais amplo, 558
- 39.18 Reestruturação societária, 559
  - 39.18.1 Aspectos societários, 561
- 39.19 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 561
- 40 Registros no PL e os efeitos fiscais, 563**
  - 40.1 Aspectos introdutórios, 564
  - 40.2 A reavaliação de ativos: o que era e como fica, 564
  - 40.3 Tratamento fiscal, 564
  - 40.4 Exemplo numérico, 565
  - 40.5 Explicação alternativa: reavaliação em dez passos, 568
  - 40.6 Ajustes de avaliação patrimonial, 569
    - 40.6.1 Custo atribuído (*demeed cost*), 569
    - 40.6.2 Instrumentos financeiros, 571
  - 40.7 Absorção da leitura: dez questões de múltipla escolha, 574

*Gabarito, 577*